IPSASB

International Public Sector Accounting Standards Board®

Estratégia e Plano de Trabalho Proposto

Estratégia e Plano

de Trabalho Propostos para 2019-2023

Consulta de Janeiro de 2018

*Comentários: 15 de junho de 2018*

IPSASB

IPSASB

IPSASB

IPSASB

IPSASB

IPSASB

IPSASB

IPSASB

International Public Sector Accounting Standards Board®

|  |  |
| --- | --- |
| Missão | O IPSASB® (International Public Sector Accounting Standards Board®) atende ao interesse público, desenvolvendo normas de contabilidade de alta qualidade e outras publicações para uso de entidades do setor público em todo o mundo na elaboração de Relatórios Contábeis de Propósito Geral (GPFRs). |
| Resultados | As normas do IPSASB incluem:* As IPSAS™ (International Public Sector Accounting Standards™) que estabelecem procedimentos contábeis a serem observados para Demonstrações Contábeis de Demonstrações contábeisPropósito Geral (GPFSs); e
* IPSAS em Regime de Caixa.

As orientações gerais não-compulsórias do IPSASB e outras publicações incluem:* A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor PúblicoDemonstrações contábeis;
* Guias de Práticas Recomendadas (RPGs) aplicáveis à preparação e apresentação das Demonstrações contábeis de Finalidades Gerais (GPFRs); e
* Documentos de pessoal e outros documentos
 |
| Impactos | O uso do IPSAS™ (International Public Sector Accounting Standards™):* Aumenta a transparência através da capacidade de comparação e da qualidade da informação financeira baseada no regime de competência, permitindo que os usuários avaliem o status financeiro das entidades do setor público;
* Aumenta a responsabilidade através da comunicação da natureza e da quantidade de recursos controlados por entidades do setor público e como eles são utilizados, permitindo aos usuários responsabilizar os governos e outras entidades do setor público; e
* Contribui para uma melhor informação para os tomadores de decisão das entidades do setor público ao fazerem julgamentos e entregando bens e serviços aos usuários de forma eficiente.
 |
| Posição estratégica | O  [Grupo Consultivo (CAG)](http://www.ipsasb.org/cag) do IPSASB é um fórum composto de indivíduos de empresas dos setores público e privado interessadas ou afetadas pelo trabalho do IPSASB, incluindo aqueles envolvidos na preparação, auditoria ou avaliação de demonstrações contábeis do setor público. A interação com o CAG é o principal elemento do devido processo legal do IPSASB. |
| Supervisão | O IPSASB estabelece suas normas de acordo com um [devido processo legal](http://www.ifac.org/system/files/uploads/IPSASB/IPSASB-Due-Process-and-Working-Procedures-June-2016.pdf) transparente. As suas atividades de governança e de estabelecimento de normas são supervisionadas pelo [Comitê](http://www.oecd.org/gov/budgeting/pic.htm) de Interesse Público [(PIC)](http://www.oecd.org/gov/budgeting/pic.htm). |
| Estruturas e processos | As estruturas e processos que apoiam o IPSASB são facilitadas pela [Federação Internacional de Contadores (International Federation of Accountants®) (IFAC®)](http://www.ifac.org/about-ifac). |
| Financiamento | O IPSASB recebe suporte financeiro da IFAC®, do Asian Development Bank, Chartered Professional Accountants of Canada, New Zealand External Reporting Board e dos governos do Canadá e da Nova Zelândia. |

Copyright© Janeiro de 2018 pela International Federation of Accountants® (IFAC®). Para obter informações sobre direitos autorais, marca registrada e permissões, veja a contracapa

Estratégia e Plano de Trabalho Propostos do IPSASB

2019-2023

Índice

* Prefácio 1
* Estratégia Atual do IPSASB

 'De 2015 em Diante —Liderando Através de Mudanças' 3

* Considerações Estratégicas—IPSAS e PFM 5
* O Objetivo Estratégico Proposto do IPSASB e

 Temas Estratégicos 2019-2023 7

* Plano de Trabalho Proposto 2019-2023 10
* Gestão Estratégica e da Qualidade dos Resultado do Plano de Trabalho 21
* Pedidos de Comentários 23
* Anexo A: Projetos Considerados mas não Priorizados

 para o Plano de Trabalho do IPSASB 2019-2023 25

Prefácio

■ Por lan Carruthers, Presidente do IPSASB



O ano de 2017 marcou o vigésimo aniversário do programa de desenvolvimento do IPSAS. Durante esse período, o IPSASB e seu antecessor — o IFAC Public Sector Committee — desenvolveu 40 IPSAS (International Public Sector Accounting Standards), bem como três Guias de Práticas Recomendadas (RPGs), uma IPSAS no relatório sobre o regime de caixa da contabilidade e A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual). Estes, juntamente com a introdução de uma estrutura de governança e uma imensa quantidade de trabalhos de divulgação dos membros e outros associados às suas atividades, permitiram progressivamente que o IPSASB amadurecesse como normatizador global para demonstrações contábeiscontábeis do setor público.

A primeira consulta de Estratégia e Plano de Trabalho do IPSASB durante 2014, juntamente com a conclusão da Estrutura Conceitual no segundo semestre de 2014, foram realizações marcantes para o IPSASB. Ambos moldaram fundamentalmente suas atividades atuais. Nosso trabalho também está sendo cada vez mais influenciado pela implementação nos últimos dois anos de nossa nova estrutura de governança e assessoria, compreendendo o Public Interest Committee (PIC) e o Consultative Advisory Group (CAG). Ambos têm um foco de interesse público que influencia bastante o trabalho do IPSASB.

Este é um momento crítico para o IPSASB, já que o ritmo e a escala da adoção do IPSAS aumentaram significativamente nos últimos anos. Esta é uma tendência que provavelmente continuará, com o número de governos ao redor do mundo que adotaram o regime de competência, que deverá aumentar de 31% em 2015 para 71% em 2020[[1]](#footnote-1). Nossas normas e orientações, portanto, cada vez mais precisam atender aos requisitos práticos de um grupo de usuários em potencial de expansão significativa.

A Estratégia de 2015 posicionou nosso trabalho pela primeira vez no contexto do impulso para fortalecer a PFM (Public Financial Management) globalmente. Como resultado dos comentários dos nossos membros, desde então, a maior parte do nosso trabalho tem se concentrado no desenvolvimento e manutenção das IPSAS. Ao selecionar e dimensionar os projetos em nosso Plano de Trabalho atual, o IPSASB tentou encontrar um equilíbrio entre abordar os principais problemas do setor público e manter a convergência com as principais novas normas emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). À medida que o IPSASB continua com projetos aprovados em 2015, com um número que deverá estar concluído até o final de 2018, agora está considerando a direção a seguir no período de cinco anos 2019-2023 e como alocar seus recursos em termos de priorização novos projetos e outras áreas potenciais de trabalho.

Com base nos comentários obtidos através dos muitos eventos de divulgação que o IPSASB, os Assessores Técnicos e seus ex-integrantes conduzem coletivamente, bem como as reuniões do Public Sector Standards Setters Forum em 2016 e 2017, o IPSASB acredita que deve continuar a concentrar seu trabalho no desenvolvimento de normas para elaboração de demonstrações contábeiscontábeis de alta qualidade para o setor público. No entanto, o IPSASB também acredita que precisa concentrar suas atividades na área de promoção da conscientização acerca das IPSAS e os benefícios de sua adoção e implementação, em particular, trabalhando mais estreitamente com órgãos globais e regionais para aumentar o perfil das IPSAS com reguladores financeiros e mercados, todos os quais acreditamos que deveriam ser defensores fundamentais e apoiadores mais consistentes da adoção das IPSAS.

As respostas à primeira consulta pública da [Estratégia e Plano de Trabalho do IPSASB durante 2014](http://www.ifac.org/publications-resources/ipsasb-strategy-consultation-2015-forward), forneceram uma contribuição valiosa que ajudou a moldar a forma sob a qual o IPSASB funciona e conduz o seu Plano de Trabalho. A nova Estratégia e Plano de Trabalho conduzirá o trabalho do IPSASB durante o período de 5 anos a partir de 2019, além de desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da PFM em todo o mundo. Esta consulta agora oferece a oportunidade para você ter sua opinião sobre suas prioridades para o período de 2019 a 2023 e, ao fazê-lo, ajudar a moldar o futuro das normas de contabilidade aplicadas ao setor público em uma escala global.

Para garantir que a orientação e as prioridades propostas servem melhor ao interesse público, o IPSASB precisa de sua contribuição e espera receber seus comentários.

Ian Carruthers,

Presidente do IPSASB



Estratégia atual do IPSASB

'De 2015 em Diante — Liderando Através de Mudanças'

■ A estratégia atual do IPSASB, "De 2015 em Diante — Liderando Através de Mudanças " publicada em setembro de 2015 tem um único objetivo estratégico:

Reforçar a gestão e o conhecimento das finanças públicas em nível mundial através da adoção crescente de IPSAS sob regime de competência ao:

* Desenvolver normas de alta qualidade de reporte financeiro para o setor público;
* Desenvolver outras publicações para o setor público; e
* Aumentar a conscientização do IPSAS e os benefícios de sua adoção

Por conseguinte, posiciona firmemente as atividades do IPSASB na paisagem mais ampla de gestão financeira pública (PFM). As normas contábeis de alta qualidade do IPSASB facilitam a criação de demonstração financeira crível e de alta qualidade[[2]](#footnote-2) que é transparente e permite aos usuários a capacidade de responsabilizar os governos e outras entidades do setor público quanto ao uso de recursos públicos, o que é de interesse público.

A Estratégia também identificou projetos que o IPSASB deveria acrescentar ao seu Plano de Trabalho pelo período de 2015 a 2018. Desde 2015, os seguintes projetos foram concluídos:

* IPSAS 33, Adoção Inicial das IPSAS em Regime de Competência— fornece requisitos e orientação para entidades que o adotam para ajudar na transição para as IPSAS.
* IPSAS 34-38, *Contabilização* de Participações em Outras Entidades— normas atualizadas para implementar as mudanças introduzidas pela IFRS 10-12 no contexto do setor público.
* IPSAS 39, Benefícios a Empregados— norma atualizada para incorporar mudanças IAS 19 Benefícios a Empregados.
* IPSAS 40, Combinações do Setor Público— fornece requisitos e orientação sobre classificação de combinações de operações do setor público.
* Aplicação do IPSAS— revisa a abordagem de como o IPSASB se comunica com as entidades para as quais desenvolve o IPSAS, estabelecendo princípios e reconhecendo o papel dos reguladores na determinação dos requisitos de demonstrações contábeis em suas jurisdições.
* Orientação de Prática Recomendada 3, Informação de Desempenho de Serviço de Relatórios— fornece orientações de princípios para o relatório de informações de desempenho do serviço por entidades do setor público.

O Plano de Trabalho atual visa encontrar um equilíbrio entre o uso da Estrutura Conceitual para abordar questões específicas de demonstrações contábeis específicas do setor público e manter a convergência, quando apropriado, com as principais novas normas que o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu recentemente. A avaliação atual do IPSASB é que, até o final de 2018, terá completado vários dos seus projetos atuais, e os outros estão sendo gradualmente concluídos no período até o segundo semestre de 2020, conforme mostrado na figura 1:

Figura 1: Prazos estimados para os projetos atuais do IPSASB

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| H1 2018 | H2 2018 | H1 2019 | H2 2019 | H1 2020 | H2 2020 | H1 2021 | H2 2021 |
| Benefícios sociais |  |  |  |  |  |  |
| Instrumentos Financeiros (Atualiza a IPSAS 20) |  |  |  |  |  |  |
|  | Arrendamentos |  |  |  |  |  |  |
|  |  | Receita |  |  |  |  |  |
|  | * Com contraprestação (Substitui as IPSAS 9 e 11)
* Sem contraprestação (Atualiza a IPSAS 23)
 |  |  |  |  |
| Despesas sem contraprestação – Serviços coletivos e individuais |  |  |  |
| Mensuração no Setor Público– Princípios de Mensuração |  |  |  |
|  | Instrumentos financeiros específicos do setor público |  |  |
|  |  | Receita – Subsídios e outras transferências |  |
|  |  | Despesas sem contraprestação - Subsídios e outras transferências |  |
|  | Mensuração do setor público– Alterações Consequentes |  |
|  |  | Ativos de infraestrutura |  |  |  |
|  |  |  | Patrimônio Cultural |  |  |  |

|  |
| --- |
| Legenda |
| Documento de consulta (CP) / Desenvolvimento de Minuta de Norma |
| Consulta da Minuta de Norma / Finalização das IPSAS |

A tabela acima apresenta o progresso esperado para todos os projetos em andamento no atual Plano de Trabalho do IPSASB em dezembro de 2017. O progresso de cada projeto dependerá das decisões tomadas pelo IPSASB, feedback recebido das partes interessadas [[3]](#footnote-3)em cada fase de consulta e disponibilidade de recursos de pessoal. O IPSASB analisa o progresso do Plano de Trabalho em cada reunião. A tabela acima será atualizada em dezembro de 2018 quando a versão final da Estratégia e Plano de Trabalho 2019-2023 for aprovada.

A conclusão dos projetos no Plano de Trabalho atual proporcionará progressivamente o espaço de 2019 em diante para realizar novos projetos. Esta Consulta de Estratégia estabelece as propostas do IPSASB para abordar as considerações estratégicas atuais discutidas na próxima seção, tanto em termos do Objetivo Estratégico Geral e Temas do IPSASB quanto na concepção e conteúdo do seu Plano de Trabalho para o período 2019-2023.

Considerações Estratégicas ⎯ IPSAS e PFM

∎ A Gestão Financeira Pública (PFM), em seu sentido mais amplo, é o sistema pelo qual os recursos financeiros são planejados, direcionados e controlados, tanto externamente como internamente na entidade do setor público, para permitir e influenciar a prestação eficiente e eficaz dos dos serviços públicos.

Os cidadãos são afetados pelas decisões da gestão financeira dos governos e outras entidades do setor público. Em muitas jurisdições, a falta de informações completas e auditadas sobre as finanças públicas continua a ser uma das principais causas de preocupação, o que afeta a responsabilidade do governo (accountability) e a tomada de decisões com base nas informações adequadas. Além disso, as preocupações com a sustentabilidade dos principais programas do governo são generalizadas. Os impactos no longo prazo da crise da dívida soberana e outros desafios enfrentados pelos governos (particularmente em torno da demografia e do envelhecimento da população) enfatizam a necessidade urgente de fortalecer a qualidade da gestão financeira nos governos de todo o mundo.

As normas contábeis podem levar à melhoria da qualidade das demonstrações contábeis, que tem potencial para melhorar a tomada de decisões no setor público. A crescente complexidade das finanças do setor público, juntamente com um maior foco na qualidade da gestão das finanças públicas, aumentou a demanda por normas de alta qualidade e orientação sobre como adotar e implementar tais normas. A adoção das IPSAS é um passo fundamental para que os governos possam tomar para melhorar as demonstrações contábeiscontábeis e a PFM porque a informação baseada nas IPSAS fornece uma visão abrangente de seu desempenho e posição financeira.

O IPSASB está, portanto, empenhado em desenvolver normas contábeis do setor público de alta qualidade para dar suporte às demonstrações contábeiscontábeis de alta qualidade. Ao fazer isso, o programa de estabelecimento de normas do IPSASB ajuda a aumentar a confiança dos cidadãos e dos mercados financeiros nas instituições públicas, o que é fundamental para a estabilidade econômica e social. A aplicação do IPSAS também facilita que os governos e outras entidades do setor público sejam mais responsáveis perante seus cidadãos e, assim, aumente a estabilidade fiscal global, a sustentabilidade e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

Essas considerações estratégicas levantam uma série de desafios para o IPSASB no período 2019-2023, tais como:

* As principais lacunas nas suas normas e na literatura contábil específica do setor público;
* Algumas IPSAS não estão atualizadas com a versão mais recente das IFRS equivalentes;
* A acessibilidade das demonstrações contábeis para usuários não especializados e para a sociedade civil em geral precisa ser melhorada;
* Restrições de capacidade impactam a habilidade de muitas jurisdições para realizar projetos de transição para o regime de competência, o que limita o ritmo de adoção. A promoção e o apoio à adoção de contabilidade por competência e à implementação das IPSAS, tanto em jurisdições individuais como em todo o mundo, precisam ser aprimorados;
* A visão e a orientação sobre o uso de informações por competência para fortalecer a PFM precisam de um maior desenvolvimento, assim como a base de evidências para tais reformas; e
* Considerando como o IPSASB pode ajudar os membros a contribuir ativamente para a normatização e outros trabalhos futuros.

Esses desafios moldaram a Estratégia e o Plano de Trabalho propostos pelo IPSASB para o período 2019-2023. ■



O Objetivo Estratégico Proposto e os Temas Estratégicos do IPSASB, 2019-2023

■ O Objetivo Estratégico abrangente que o IPSASB propõe adotar para 2019-2023 refina o atualmente em uso a fim de fornecer um foco mais nítido para seu trabalho futuro.

Reforçar a Gestão das Finanças Públicas (Public Financial Management - PFM) em nível global através da adoção crescente de IPSAS baseadas em regime de competência.

Entregue através de duas áreas principais de atividade, ambas com foco no interesse público:

* Desenvolvimento de IPSAS e outras orientações relativas às informações contábeis de alta qualidade para o setor público; e
* Aumento da conscientização das IPSAS e os benefícios de sua adoção.



Questão específica para o Comentário 1

Você concorda com o Objetivo Estratégico 2019-2023 proposto pelo IPSASB? Se concorda, forneça qualquer argumentação adicional que ainda não tenha sido discutida no documento. Se não concorda, apresente as suas argumentações e a alternativa proposta.

■ A fim de concentrar seu trabalho nestas duas áreas de atividade, o IPSASB propõe basear seu Plano de Trabalho em cinco Temas Estratégicos:

* Os Temas Estratégicos A a C abordam o desenvolvimento e a manutenção das normas e de outras formas de orientação; e
* Os Temas Estratégicos D e E se concentram em aumentar a conscientização das IPSAS e promover a sua adoção, bem como fornecem maior clareza sobre como o IPSASB planeja influenciar o trabalho de outras pessoas no fortalecimento da PFM.

Desenvolvimento das IPSAS e de outras orientações relativas a informações contábeis de alta qualidade para o setor público

|  |  |
| --- | --- |
| Tema A:Estabelecendo normas sobre questões específicas do setor público | Como normatizador contábil internacional do setor público agindo no interesse público, o IPSASB propõe que a maioria de seus esforços devam continuar focando nesse tema, a fim de abordar as principais questões específicas de elaboração e divulgação de informação contábil do setor público que ainda não foram abordadas pelas IPSAS. A Estrutura Conceitual será utilizada como base para abordar esses problemas desafiadores de divulgação de relatórios do setor público. Além disso, a política do IPSASB de reduzir as diferenças desnecessárias com as Estatísticas de Finanças Públicas do Governo (GFS)[[4]](#footnote-4) também será parte integrante desse trabalho. O IPSASB acredita que esta é a principal área em que pode agregar valor, uma vez que as questões sob este tema não foram abordadas por outros normatizadores e são importantes para os usuários das demonstrações contábeis do setor público. |
| Tema B: Mantendo a convergência às IFRS | A convergência das IFRS tem sido um pilar fundamental do desenvolvimento das IPSAS desde o início do programa de normatização em 1997. Em muitos casos, as atividades do governo são as mesmas das atividades corporativas e, portanto, há vantagens para os cidadãos e membros em relatar tais atividades usando abordagens comuns relativas às informações contábeis globais, quando apropriado. A abordagem do IPSASB de utilizar a literatura do IASB, quando relevante[[5]](#footnote-5), permite que ele, como um conselho voluntário com uma pequena equipe de funcionários, desenvolva normas de maneira eficiente que atendam às necessidades dos usuários do setor público. Sua política de redução de diferenças desnecessárias em relação às GFS também é relevante para trabalhar sob este tema. |
| Tema C: Desenvolvendo orientações para atender às necessidades mais amplas dos usuários das informações contábeis  | O IPSASB reconhece que as características do setor público significam que as necessidades dos usuários nem sempre podem ser satisfeitas apenas pelas demonstrações contábeis. Portanto, desenvolveu orientações sobre informações contábeis mais amplas (Diretrizes Práticas Recomendadas 1-3[[6]](#footnote-6)), nas quais as necessidades específicas de interesse público foram identificadas. O IPSASB continuará a monitorar as necessidades dos usuários, bem como as questões emergentes e o trabalho relevante de outros normatizadores no espaço mais amplo do que o abrangido pelas demonstrações contábeis. |

Aumento da conscientização acerca das IPSAS e dos benefícios de sua adoção

|  |  |
| --- | --- |
| *Tema D:* Promovendo a adoção e a implementação das IPSAS | Promover e encorajar a adoção e implementação do IPSAS é de interesse público, pois pode levar a melhorias nas informações contábeis do setor público globalmente, o que beneficia os usuários, proporcionando maior transparência e fornecendo informações para orientar melhor a tomada de decisões e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). O IPSASB tem, portanto, uma abordagem muito ativa para o alcance[[7]](#footnote-7), o que permite estabelecer um diálogo global com os membros sobre a adoção e implementação do IPSAS. |
| *Tema E:* Defendendo os benefícios do regime de competência no fortalecimento da Gestão de Finanças Públicas (PFM) | A visão do IPSASB é de que o uso de informações contábeis sob o regime de competência fornece a base para uma PFM sólida. Na promoção do seu Objetivo Estratégico, o IPSASB trabalha com outros grupos profissionais e organizações patrocinadoras para ajudar a desenvolver a compreensão dos benefícios da PFM da adoção do IPSAS e para melhorar a transparência, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisões. |

Questão específica para o Comentário 2

Você concorda com os cinco temas estratégicos propostos pelo IPSASB para o período 2019-2023? Se você concorda, forneça qualquer raciocínio adicional que ainda não tenha sido discutido no documento. Se não concordar, explique seu raciocínio, incluindo quaisquer alternativas propostas.

■ A próxima seção discute o Plano de Trabalho 2019-2023 proposto pelo IPSASB em apoio a cada um desses temas estratégicos.

Plano de Trabalho Proposto 2019-2023

Desenvolvimento das IPSAS e de outras orientações relativas a informações contábeis de alta qualidade para o setor público

■ Os temas A, B e C se relacionam com o papel central do IPSASB como normatizador e, portanto, priorizaram projetos específicos que se propõe a adicionar ao Plano de Trabalho 2019-2023.

Critérios para a priorização dos projetos

Ao selecionar os projetos sob cada Tema, o IPSASB avaliou uma lista de projetos potenciais com base nos seguintes critérios, a fim de auxiliar a avaliar quais projetos forneceriam os maiores benefícios de interesse público aos usuários:

1. Preponderância. Se a questão relativa á geração da informação contábil é bastante difundida entre entidades do setor público.
2. Consequências. Se a questão prejudica a capacidade das demonstrações contábeis em fornecer informações úteis e transparentes para prestação de contas e responsabilização e para a tomada de decisão.
3. Urgência. Se a questão emergente recentemente ganhou importância e, portanto, requer consideração no curto prazo.
4. Considerações técnicas e de recursos.

Se uma solução tecnicamente sólida para o problema pode ser desenvolvida dentro de um período razoável, usando os recursos disponíveis.

Os fatores acima foram considerados em conjunto no contexto dos recursos disponíveis para o IPSASB, e a necessidade de um Plano de Trabalho equilibrado que inclua projetos com várias complexidades.



Questão específica para o Comentário 3

Você concorda com os critérios que o IPSASB utilizou para decidir os temas propostos para adicionar ao seu Plano de Trabalho 2019-2023? Se concorda, forneça qualquer argumentação adicional que ainda não tenha sido discutida no documento. Se não concorda, explique, incluindo quaisquer alternativas propostas.

Tema A: Estabelecendo normas sobre questões específicas do setor público

■ O foco principal do IPSASB recentemente tem sido no desenvolvimento de normas específicas do setor público, já que esta é a área de maior preocupação dos usuários

**Os projetos específicos do setor público são uma área importante do trabalho atual e futuro do IPSASB.**

Projetos atuais específicos do setor público

* Benefícios sociais— referem-se a programas sociais fundamentais, por exemplo pensão por idade e seguro-desemprego, e constituem uma proporção significativa das despesas do setor público. A falta de orientação internacional sobre a contabilização de benefícios sociais cria uma lacuna no interesse público. Informações sobre benefícios sociais podem formar um insumo fundamental para a avaliação da sustentabilidade dos serviços do governo;
* Despesas sem contraprestação — relacionam-se com algumas das áreas mais importantes da atividade do governo e das entidades do setor público, tais como serviços universalmente acessíveis, incluindo educação e cuidados de saúde e serviços coletivos, como os gastos com defesa. As transações do setor público que dão origem a despesas sem contraprestação são numerosas e financeiramente significativas. A falta de orientação internacional sobre o reconhecimento e a mensuração para despesas sem contraprestação cria uma lacuna no interesse público, pois leva a elaboração de relatórios inconsistentes;
* Receita— as normas atuais de receita com contraprestação das IPSAS (IPSAS 9 e 11) são convergidas com os padrões do IASB que foram substituídos pela publicação da IFRS 15*, Receita de Contratos com Clientes*, o que fornece ao IPSASB uma oportunidade de atualizar essas normas. Além disso, a abordagem na IFRS 15 proporcionou ao IPSASB um impulso para considerar sua abordagem para transações de receita sem contraprestação e abordar questões práticas que surgiram na aplicação do IPSAS 23;
* Mensuração no Setor Público— a tradução dos princípios da Estrutura Conceitual sobre mensuração em orientações mais detalhadas em todo o conjunto de IPSAS ajudará a assegurar a capacidade de comparação e a avaliação do valor do dinheiro na gestão de ativos e passivos do setor público;
* Patrimônio Cultural — o fornecimento de informações sobre itens do patrimônio cultural é de interesse público, pois promove o gerenciamento eficaz e a preservação desses itens para as gerações futuras; e
* Ativos de infraestrutura — os cidadãos contam com tais ativos, os quais são muito recorrentes no setor público. A falta de orientação específica sobre o reconhecimento e a medição desses ativos causa dificuldades práticas para as entidades que elaboram as demonstrações contábeis (particularmente aqueles que estão adotando o IPSAS).

Novos projetos específicos do setor público priorizados para inclusão no Plano de Trabalho 2019-2023

Todos os projetos em potencial foram avaliados em relação aos critérios de priorização do projeto. Os projetos abaixo são propostos porque proporcionam os maiores benefícios de interesse público. O Anexo A fornece resumos dos outros projetos potenciais que o IPSASB considerou, mas que não foram priorizados atualmente para inclusão no Plano de Trabalho.

Recursos naturais. A questão da contabilização dos recursos naturais no setor público é premente em muitas jurisdições. Os governos geralmente têm pouca ideia do valor monetário dos recursos naturais até depois de serem extraídos. No entanto, os direitos para extrair tais recursos são frequentemente concedidos antecipadamente a terceiros que lucram com sua extração. Do ponto de vista do interesse público, essa é uma questão importante, particularmente em jurisdições com economias baseadas e ricas em recursos, porque o reconhecimento e a mensuração desses ativos afetam sua gestão e os benefícios derivados de sua extração para os cidadãos. Este projeto não só levaria em conta os recursos extrativistas, mas também consideraria os recursos naturais mais amplos, como a água, os fenômenos naturais e os espécimes vivos.

Taxas de desconto. Desde a crise financeira global, o tema das taxas de desconto utilizadas na mensuração de ativos e passivos de longa duração com longas datas de liquidação tem sido uma preocupação de interesse público para os membros devido aos ambientes de taxas de juros baixas e negativas em todo o mundo. Embora as taxas de desconto sejam abordadas nas IPSAS, alguns membros argumentam que o ambiente de taxa de juros baixa / negativa resulta em um impacto maior na demonstração da posição financeira que pode não reconhecer apropriadamente o valor do dinheiro no tempo, o que pode promover tomadas de decisão fora do ideal que não correspondam ao interesse público. O projeto teria, portanto, uma forte ligação com o atual projeto de Mensuração no Setor Público, e levaria em consideração a Estrutura Conceitual para os requisitos existentes de desconto em todo o conjunto das IPSAS, bem como a consistência desses requisitos existentes.

Informações Contábeis Diferenciadas (*Differential Reporting*). Alguns membros defendem o desenvolvimento de um conjunto menos complexo de requisitos para entidades do setor público de pequeno e médio portes, com transações, no geral, mais simples, para as quais os requisitos de IPSAS são onerosos demais. A falta da opção de informações contábeis diferenciadas pode estar aumentando o custo da adoção de IPSAS e, portanto, criando uma barreira para a adoção. A partir de uma perspectiva de interesse público, a consideração da questão das informações contábeis diferenciadas é uma que pode ajudar a aliviar as questões de capacidade dos governos que adotam e implementam o IPSAS. No entanto, isso precisa ser considerado no contexto da natureza do setor público, porque até mesmo as pequenas e médias empresas precisam prestar contas aos membros pelo uso de recursos públicos.

Revisão de escopo limitado da Estrutura Conceitual.

O IPSASB desenvolveu sua própria Estrutura Conceitual como base principal para suas futuras atividades de definição de normas. Ao finalizar a Estrutura Conceitual em setembro de 2014, ele se baseou em partes relevantes da Estrutura Conceitual do IASB naquele momento. As revisões iminentes no documento do IASB têm, portanto, cada vez mais levantado questões sobre se os aspectos relevantes da Estrutura Conceitual do IPSASB que devem ser revisados. Este projeto avaliaria, portanto, as mudanças feitas na Estrutura Conceitual do IASB e a sua relevância para o setor público. Ligado a este trabalho, o IPSASB também propõe avaliar a necessidade de mudanças em sua literatura à luz dos capítulos da Estrutura Conceitual do IPSASB sobre Elementos e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.



Questão específica para o Comentário 4

Você concorda com os projetos que o IPSASB propõe priorizar no Plano de Trabalho 2019-2023 sobre o Tema A?: Estabelecendo padrões sobre questões específicas do setor público (Recursos naturais, taxas de desconto, relatórios diferenciais e revisão do escopo limitada à Estrutura Conceitual)? Se não concorda, explique seu raciocínio e as alternativas propostas.

Tema B: Mantendo a convergência às IFRS

**O IPSASB propõe continuar a trabalhar para manter a convergência com as IFRS.**

O IPSASB acredita que manter a convergência com as IFRS é de interesse público pelas seguintes razões:

* Linguagem comum. As normas internacionais de contabilidade dos setores público e privado devem ter princípios e resultados contábeis consistentes entre si quando a essência econômica das transações for a mesma.
* Consolidações de grupos mistos[[8]](#footnote-8). Diferentes exigências são dispendiosas para aqueles que aplicam as IPSAS quando não há razão específica do setor público para desenvolver tratamentos contábeis diferentes. Portanto, a redução de diferenças desnecessárias minimiza o custo de desenvolver demonstrações contábeis consolidadas.
* Aproveitando recursos. Quando as transações são as mesmas nos setores público e privado, faz sentido que o IPSASB construa as melhores práticas em relatórios do setor privado e desenvolva um padrão convergente.

A publicação do IPSAS 39, *Benefícios a Empregados* é um exemplo recente do trabalho do IPSASB para manter a convergência com as IFRS.

Isso substituiu uma versão mais antiga da norma e eliminou as opções de contabilização de ganhos e perdas atuariais. O IPSASB também concluiu vários projetos menores de melhoria.

Os projetos ativos atuais para manter a convergência após a emissão de novas IFRSs são:

* Instrumentos Financeiros (IFRS 9);
* Receita (IFRS 15); e
* Arrendamentos (IFRS 16).

Apesar desses projetos, várias IPSAS permanecem baseadas em versões mais antigas da IFRS. Os próximos anos apresentam uma oportunidade de recuperação como resultado do Plano de Trabalho do IASB 2017-2021, em que o foco é a conclusão de projetos de definição de padrões de larga escala, sem a realizar novos projetos importantes.

O IPSASB identificou vários projetos possíveis, categorizados como grandes projetos, projetos com escopo limitado e pequenas melhorias.

Através da aplicação dos critérios de priorização do projeto, o IPSASB identificou o seguinte grande projeto para inclusão no Plano de Trabalho 2019-2023:

IPSAS 18, Informações Contábeis por Segmento. Preocupações foram levantadas sobre a utilidade dos requisitos de relatórios da IPSAS 18. Existem dois aspectos para este projeto em potencial. Em primeiro lugar, a IPSAS 18 é baseada no *Informações Contábeis por Segmento* IAS 14 e foi substituída pelo IFRS 8 - *Segmentos Operacionais.* Em segundo lugar, a necessidade deste projeto foi levantada por membros que identificaram preocupações com a qualidade e utilidade da IPSAS 18.

Estes membros induziram o IPSASB a considerar a convergência com a IFRS 8 e sua aplicabilidade a entidades do setor público, bem como o potencial para aumentar a utilidade da informação para a GFS.

Ao gerenciar seu Plano de Trabalho, o IPSASB também terá como objetivo incorporar projetos de convergência de escopo limitado, com base na consideração da disponibilidade de agenda e recursos humanos[[9]](#footnote-9), bem como a combinação geral de projetos complexos que lidam com questões do setor público. O IPSASB considerará os potenciais benefícios de interesse público da realização de um determinado projeto em relação aos critérios de avaliação de projetos propostos acima e em termos de equilíbrio geral do Plano de Trabalho. Também empreenderá projetos regulares de melhorias menores, a fim de abordar questões identificadas com a atual IPSAS, bem como para incorporar pequenas alterações relevantes à literatura do IASB.

Informações detalhadas relacionadas a cada um dos possíveis grandes projetos atualmente não priorizados para inclusão no Plano de Trabalho 2019-23 são fornecidas no Anexo A. ■



Questão específica para o Comentário 5

Você concorda com os projetos que o IPSASB propõe priorizar além do Plano de Trabalho 2019-2023 sobre o Tema B: Mantendo a convergência com IFRS (IPSAS 18, Relatório de segmento)? Se não concorda, explique seu raciocínio e quaisquer alternativas propostas.

Tema C: Desenvolvendo orientações para atender às necessidades mais amplas dos usuários das demonstrações contábeis

**O IPSASB propõe monitorar os desenvolvimentos nesta área em vez de empreender quaisquer projetos específicos.**

O IPSASB desenvolveu as seguintes orientações não obrigatórias que abordam necessidades mais amplas que não podem ser satisfeitas apenas por meio de demonstrações contábeis de propósito geral:

* RPG 1, Relatórios sobre a sustentabilidade a longo prazo das finanças de uma entidade;
* RPG 2, Discussão e Análise das Demonstrações contábeis; e
* RPG 3, Relatório sobre Informações de Desempenho dos Serviços.

O IPSASB propõe que os seus principais esforços durante a primeira parte do período de 2019-2023 sejam principalmente focados na abordagem de questões específicas do setor público e, em menor escala, na manutenção da convergência com as IFRS. Diante das limitações de recursos, o IPSASB não está propondo, no momento, adicionar nenhum projeto específico ao Plano de Trabalho durante o período de 2019-2023 relacionado ao Tema C. No entanto, ele considerará se deve empreender qualquer trabalho adicional sobre sustentabilidade financeira de longo prazo à luz das respostas dos membros ao Exposure Draft (ED) 63 sobre Benefícios Sociais.

Nesse ínterim, ele monitorará ativamente os desenvolvimentos na área narrativa mais ampla. Especificamente, propõe considerar o progresso do trabalho relacionado ao Relatório Integrado <IR>, o Diálogo de Relato Corporativo e o projeto do IASB sobre *Melhor Comunicação em Relatórios Financeiros*, e se envolver na medida em que isso pareça apropriado e necessário.

Fases dos projetos e atualização do Plano de Trabalho no meio do período

**O IPSASB iniciará os novos projetos propostos em fases, com uma consulta no meio do período acerca das prioridades dos projetos em 2020.**

O IPSASB propõe que os projetos propostos nos Temas A e B sejam priorizados para inclusão no Plano de Trabalho 2019-2023, à medida que os projetos do Plano de Trabalho atual sejam concluídos e que a capacidade esteja disponível. O IPSASB realizará fases iniciais de pesquisa para cada projeto, para garantir que ele compreenda o escopo das questões do setor público e as necessidades de recursos, bem como qual é a saída pretendida em termos de normas e / ou orientação.

Para assegurar que o IPSASB esteja operando no interesse público perante seus usuários, é importante que ele realize esta fase inicial de pesquisa antes de iniciar os projetos completos.

O progresso antecipado com os projetos atuais do IPSASB deve significar que os novos projetos propostos deverão começar progressivamente a partir de 2019, como demonstrado na figura 2. O IPSASB decidirá a ordem na qual os novos projetos específicos começam, com base na contribuição dos membros, e à luz da sua avaliação das prioridades e recursos nos pontos relevantes no tempo.

Figura 2: Projetos atuais e adições propostas ao Plano de Trabalho 2019-2023

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **H1 2018** | **H2 2018** | **H1 2019** | **H2 2019** | **H1 2020** | **H2 2020** | **H1 2021** | **H2 2021** | **2022** | **2023** | **Após 2023** |
| **Benefícios sociais****Instrumentos Financeiros** **(Atualiza o IPSAS 2z)** | **Novo Projeto 1** |  |  |
| **Concessões** | **Novo Projeto 2** |  |
| **Receita— (Câmbio — Substitui IPSAS 9 e 11,****Sem câmbio (Atualiza IPSAS 23)****Despesas não cambiais– Serviços coletivos e individuais****Medição do Setor Público— Princípios da Medição** | **Novo Projeto 3****Novo Projeto 4** |
| **Instrumentos financeiros específicos do setor público** | **Novo Projeto 5** |
| **Receita – Concessões e outras transferências****Despesas não cambiais — Concessões e outras transferências****Medição do setor público– Alterações Consequentes****Ativos de infraestrutura** | **Projeto (s) adicional (is) após****Consulta do Plano de Trabalho no meio do período** |
| **Sucessão** | **Projeto (s) adicional (is) após****Consulta do Plano de Trabalho no meio do período** |

Observação: os projetos em laranja representam os atuais projetos em andamento do IPSASB, os projetos em azul representam os propostos para adição ao Plano de Trabalho 2019-2023. As barras representam o tempo esperado de conclusão de todos os projetos em andamento e o início e conclusão esperados para novos projetos.

Embora se pretenda que a Estratégia e o Plano de Trabalho permaneçam em vigor durante o período de 2019-2023, o IPSASB está consciente de que novas questões relacionadas às informações contábeis podem emergir durante esse período, e que precisará rever as prioridades à luz do progresso e das prioridades em evolução. Portanto, planeja realizar uma consulta pública de escopo limitado durante o ano de 2020, a fim de obter contribuições externas para sua própria consideração em andamento sobre esses assuntos. Em particular, o IPSASB pode considerar o acréscimo de um projeto específico do Tema C à luz dos desenvolvimentos no período intermediário, a prioridade relativa em relação a outros projetos potenciais sob os Temas Estratégicos A e B e os recursos disponíveis.



Matéria específica para o Comentário 6

Existe algum projeto no Anexo A que você acredita que deveria ser adicionado ao Plano de Trabalho 2019-2023 no lugar de um projeto atualmente proposto?

Se você acredita que quaisquer dos projetos do Anexo A devem ser adicionados, explique suas opiniões sobre por que o projeto deve ser incluído, qual projeto proposto não deve ser iniciado e as suas razões.

Aumento da conscientização acerca das IPSAS

e dos benefícios de sua adoção

■ O IPSASB vê o trabalho relacionado à conscientização sobre as IPSAS e os benefícios da adoção pelo acréscimo como uma contribuição crítica para a reforma da Gestão de Finanças Públicas (PFM). Dada a complexidade do panorama da PFM e das suas próprias limitações de recursos, a visão do IPSASB é que a construção de relacionamentos com aqueles que trabalham neste espaço e o engajamento em seu trabalho é a maneira mais eficaz de promover a utilização das IPSAS em projetos de reforma da PFM. O IPSASB irá, portanto, monitorar ativamente o trabalho de outros na seara da PFM e procurar oportunidades apropriadas para apoiar seu trabalho nos níveis internacional, regional e local através de seus Membros, Assessores Técnicos, Funcionários e Ex-membros.

O IPSASB reconhece que, em algumas jurisdições, a experiência em contabilidade do setor público necessária para implantar as IPSAS é limitada. Além disso, é um desafio contínuo garantir que aqueles que utilizam as normas entendam as informações que estão sendo fornecidas. O IPSASB responde a esses desafios por meio de suas atividades de divulgação que visam influenciar outras pessoas que trabalham no espaço mais amplo da PFM para garantir que as atividades sejam coordenadas e as necessidades das jurisdições sejam consideradas.

Tema D: Promover a adoção e implementação das IPSAS

O panorama da reforma da PFM dentro de cada jurisdição é complexa, e o papel do IPSASB é mais limitado do que o de outros grupos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Tipo de suporte | Pessoal da entidade | Consultores / Contratados | Organizações supranacionais e regionais | IPSASB |
| Promoção |  |  |  |  |
| Orientação técnica |  |  |  |  |
| Financeiro |  |  |  |  |
| Prática/Técnica |  |  |  |  |
| Desenvolvimento de capacidade |  |  |  |  |

Promoção

Os recursos do IPSASB limitam até que ponto ele pode promover as IPSAS em cada jurisdição. No entanto, tem um programa ativo de divulgação focado em palestras e em conferências e reuniões importantes em apoio aos implementadores locais. Dada a recente dinâmica global na adoção das IPSAS e indicações de que esse ímpeto continuará no período 2019-2023, é importante que o Presidente, os Membros, os Assessores Técnicos e a Equipe do IPSASB continuem seu programa de divulgação e engajamento para apoiar os esforços:

* Daqueles que estão avaliando a adoção e implementação;
* Daqueles que já estão no processo de adoção e implementação; e
* Daqueles que já adotaram e implementaram.

O envolvimento direto é fundamental porque, dependendo de seu progresso na adoção, as necessidades dos membros diferem.

As atividades de divulgação do IPSASB na promoção da adoção e implementação também apresentam uma oportunidade para aprender sobre questões que são importantes para os usuários. Este importante mecanismo de feedback pode identificar questões específicas do setor público e áreas para convergência das IFRSs adicionais ou outras necessidades mais amplas da informação contábil que devem ser abordadas no futuro.

Orientação técnica

O IPSASB atualizou recentemente sua IPSAS de Regime de Caixa, que estabelece os requisitos para entidades do setor público que elaboram informações sob regime de caixa, a fim de remover os obstáculos à adoção encontrados na prática. Ao fazê-lo, também esclareceu que vê as IPSAS de Regime de Caixa como um passo no caminho para a adoção do regime de competência, em vez de um fim em si mesmo.

A fim de apoiar a adoção do regime de competência, o IPSASB emitiu o *Estudo 14: Transição para Contabilidade em Regime de Competência*: Guia para Entidades do Setor Público. O Estudo 14 é uma ferramenta prática para ajudar nos desafios comuns encontrados na transição para o regime de competência e baseia-se nas experiências de jurisdições que já passaram pela transição. Desde a publicação da versão atual em 2010, o IPSASB propõe que seja atualizado para refletir as mudanças no conjunto de padrões IPSAS, bem como para incluir exemplos de melhores práticas de experiências recentes daqueles que estão em transição paro IPSASs com base em competências.

O IPSASB aumentou recentemente o seu nível de apoio à implementação de novas IPSAS através de:

* Elaboração de resumos "Em Poucas Palavras" (At-a-Glance) para todas as publicações e pronunciamentos relevantes das IPSAS;
* Fornecimento de *webinars* sobre consultas relevantes e pronunciamentos finais;
* Publicação de um Manual anual, que é um ponto único para todos os pronunciamentos atuais do IPSASB;
* Divulgação de publicações sobre Perguntas e Respostas da Equipe (P & A), destacando aspectos do conjunto de normas do IPSASB que são relevantes para a implementação, como as recentes perguntas e respostas sobre a Materialidade; e
* Criação de materiais de treinamento, bem como entrega de atividades limitadas de treinamento para apoiar o entendimento das IPSAS. ■

Tema E: Defendendo os benefícios do regime de competência no fortalecimento da Gestão de Finanças Públicas (PFM)

A mudança para as IPSAS oferece muitos benefícios, incluindo a contribuição para a entrega das Metas de Desenvolvimento Sustentável. A fim de maximizar esses benefícios, o IPSASB acredita que a informação baseada em regime de competência deve ser utilizada para o maior número possível de propósitos. A Figura 3 ilustra os vários usuários em potencial e a variedade de usos para as informações de competência em PFM.

**Figura 3: Usos/Usuários da competência na PFM**

Legislatura

Política e Orçamento

Estatística

Contabilidade

Competência

Mercados financeiros

Usuários/Sociedade civil

Entidades do setor público

Organizações internacionais e regionais

Outras organizações internacionais e regionais fornecem orientação e liderança de pensamento, ou de outra forma influenciam o uso de informações de competência nessas áreas mais amplas da PFM. O IPSASB acredita que é importante construir relacionamentos com essas organizações, de modo que sua perícia em regime de competência seja desenhada por elas, a fim de expandir o uso de informações de competência para fins de PFM e aumentar o alinhamento entre os requisitos desses diferentes grupos de usuários. Por sua vez, seu conhecimento e experiência podem influenciar o próprio trabalho do IPSASB. Em muitos casos, o IPSASB já tem relações com essas organizações por meio de suas estruturas de supervisão e assessoria, bem como por meio de suas funções de observador no IPSASB.

Recentemente, o IPSASB trabalhou para estabelecer oportunidades mais formais de divulgação e participou ativamente de fóruns nessa área, como:

* O Simpósio anual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) de Regime de Competência no Setor Público;
* Envolvimento com a Comunidade de Estatísticas de Finanças Públicas de Governo (GFS) através da participação no comitê consultivo do GFS do FMI;
* Participação no seminário conjunto do FMI / Banco Mundial / IPSASB: Transparência e além: Aproveitando o poder da competência na gestão das finanças públicas;
* Fórum de Governança do Banco Mundial; e
* Várias atividades e engajamento com a INTOSAI (International Organisation of Supreme Audit Institutions).

O IPSASB acredita que o seu trabalho de defesa do uso mais amplo do regime de competência na PFM deve ser levado adiante através de:

* Trabalho contínuo com a comunidade de GFS na redução de diferenças desnecessárias entre as IPSAS e as GFS, a fim de facilitar a utilização de dados das IPSAS para fins de GFS e, por sua vez, seu uso no apoio às decisões de política orçamentária e macroeconômica;
* Participação em eventos relacionados à PFM patrocinados por organizações internacionais e regionais;
* Participação em treinamentos e outros eventos 'internos' para o pessoal dessas organizações, a fim de conscientizar e disseminar o conhecimento das IPSAS;

Comentários sobre orientação e papéis de liderança de pensamento durante o seu desenvolvimento; e participação em grupos de trabalho relevantes. ■



Questão específica para o Comentário 7

O IPSASB vê a construção de relacionamentos com aqueles que trabalham comPFM e o engajamento nesses trabalhos, como essencial para promover a utilização das IPSAS em projetos de reforma da PFM. Portanto, sob os Temas D e E, o IPSASB irá monitorar ativamente o trabalho de outros e buscará oportunidades apropriadas para engajar e apoiar esse trabalho.

* Você concorda com a abordagem proposta pelo IPSASB sob estes Temas? Em caso afirmativo, você está ciente de quaisquer iniciativas em andamento com as quais o IPSASB deve monitorar e procurar se envolver (por favor, forneça detalhes)?
* Se você não concorda, explique suas razões juntamente com quaisquer alternativas propostas, e como elas podem ter recursos alocados.

Gerenciando a Entrega da Estratégia e a Qualidade dos Resultados do Plano de Trabalho

|  |
| --- |
| As IPSAS apoiam a informação contábil de alta qualidade para o setor público globalmente porque são:  |
| Reconhecidas internacionalmente | Elaboradas especificamente para o setor público  | Desenvolvidas de forma independente através de um rigoroso “devido processo” |

A Estratégia e o Plano de Trabalho 2019-2023 propostos são ambiciosos e aproveitarão toda a capacidade do IPSASB para continuar a fornecer normas de alta qualidade em tempo hábil. A capacidade atual do IPSASB inclui:

* Dezessete membros voluntários e um presidente independente remunerado que coletivamente comprometem aproximadamente 13.000 horas por ano.[[10]](#footnote-10)
* Uma equipe técnica e administrativa de tempo integral experiente de oito funcionários, com estruturas e processos administrativos do IPSASB facilitados pela IFAC.
* Um orçamento operacional anual[[11]](#footnote-11) que oferece suporte ao pessoal, reuniões, viagens e outros custos diretos necessários para que o IPSASB possa executar sua Estratégia e executar seu Plano de Trabalho.

A gestão da entrega da Estratégia do IPSASB e a alta qualidade dos resultados do Plano de Trabalho dentro dessas limitações de recursos, e com a devida consideração do contexto externo em que opera, é uma prioridade da liderança do IPSAS.

As principais áreas incluem:

Reconhecimento internacional

* *A força da reputação do IPSASB e a aceitação global das IPSAS* — Gerenciada através de:
* Compromisso contínuo para garantir a qualidade e a pontualidade da entrega de novas normas. Isso inclui o desenvolvimento de normas baseadas em princípios de alta qualidade que sejam utilizáveis e forneçam aos usuários informações relevantes e fidedignamente representadas;
* Nomeações por meio do processo de indicações independentes que fornecem uma combinação diversificada de membros do IPSASB, com as habilidades, recursos e capacidade necessários para contribuir com os projetos no Plano de Trabalho; e
* Atração, desenvolvimento e retenção de funcionários diversificados, bem informados e altamente qualificados.

Específico do Setor Público

* Relevância e foco nas principais questões específicas do setor público —Gerenciada através de:
* Colaboração com os conselhos nacionais de definição de normas contábeis do setor público e com o IASB para alavancar seu trabalho e seus recursos, incluindo o apoio da equipe, quando possível;
* Uso de forças-tarefa e grupos baseados em tarefas para auxiliar no trabalho de desenvolvimento de normas; e
* Otimização do tempo em plenário do IPSASB, equilibrando debates sobre considerações estratégicas e técnicas e melhoria contínua de material eficaz e focado em questões.

Rigoroso “Processo Devido”

* Foco no interesse público —Gerenciado através de:
* Processos claramente documentados revisados e supervisionados pelo Public Interest Comittee (PIC);
* Consultas públicas formais no estágio ED (e no estágio CP, quando apropriado);
* Um estreito e ativo diálogo de governança com o PIC e o IPSASB Consultative Advisory Group (CAG). Incluindo uma capacidade de resposta focada em conselhos, observações e recomendações e um firme compromisso de desenvolver normas de alta qualidade no interesse público.
* Eficácia e estabilidade operacional— Gerenciada através de:
* Organização e realização de reuniões do IPSASB e outras atividades da maneira mais eficaz, eficiente e oportuna;
* Utilização do IPSASB, equipe e outros recursos de maneira focada e eficaz; e
* Manutenção de relações com os financiadores existentes e consideração contínua de abordagens adicionais para aumentar e ampliar a base de financiamento.
* Ampla oferta de eventos externos e comunicação com os membros —Gerenciado através de:
* Desenvolvimento e divulgação de material de comunicação de apoio, como documentos resumidos e de P & R, webinars e podcasts, por exemplo, ao abordar questões complexas;
* Um extenso programa de envolvimento do Presidente, membros e equipe;
* Plataformas como os Public Sector Standards Setters Forum para discutir questões nacionais de relevância internacional; e
* Uso de tecnologia para tornar as reuniões acessíveis, tais como transmissão ao vivo das sessões principais, quando possível.

O IPSASB continuará a monitorar os desenvolvimentos externos e avaliar como as mudanças podem afetar sua abordagem para a entrega de seu Objetivo Estratégico. Isto inclui o monitoramento do crescimento das demandas no IPSASB como o aumento da adoção e da implementação das IPSAS. ■

Pedidos de Comentários

■ Esta Consulta, Estratégia do IPSASB e Plano de Trabalho 2019-2023, foi desenvolvida e aprovada pelo IPSASB® (International Public Sector Accounting Standards Board®).

As propostas neste documento de Consulta podem ser modificadas de acordo com os comentários recebidos antes da emissão do formulário final. Os comentários são solicitados até 15 de junho de 2018.

Os participantes devem enviar seus comentários eletronicamente através do site do IPSASB, usando o link "[Submit\_a Comment](https://www.ifac.org/publications-resources/ipsasb-proposed-strategy-and-work-plan-2019-2023)". Envie seus comentários em arquivos do Word e PDF. Além disso, observe que os usuários iniciantes devem se registrar para usar esse recurso. Todos os comentários serão considerados de registro público e, por fim, serão publicados no site. O download desta publicação pode ser feito a partir do site do IPSASB: [www.ipsasb.org](http://www.ipsasb.org). O texto aprovado está publicado em inglês.

Questões Específicas para Comentários

Questão específica para o Comentário 1

Você concorda com o Objetivo Estratégico 2019-2023 proposto pelo IPSASB? Se concorda, forneça qualquer argumentação adicional que ainda não tenha sido discutida no documento. Se não concorda, apresente as suas argumentações e a alternativa proposta.

Questão específica para o Comentário 2

Você concorda com os cinco temas estratégicos propostos pelo IPSASB para o período 2019-2023? Se você concorda, forneça qualquer raciocínio adicional que ainda não tenha sido discutido no documento. Se não concordar, explique seu raciocínio, incluindo quaisquer alternativas propostas.

Questão específica para o Comentário 3

Você concorda com os critérios que o IPSASB utilizou para decidir os temas propostos para adicionar ao seu Plano de Trabalho 2019-2023? Se concorda, forneça qualquer argumentação adicional que ainda não tenha sido discutida no documento. Se não concorda, explique, incluindo quaisquer alternativas propostas

Questão específica para o Comentário 4

Você concorda com os projetos que o IPSASB propõe priorizar no Plano de Trabalho 2019-2023 sobre o Tema A?: Estabelecendo padrões sobre questões específicas do setor público (Recursos naturais, taxas de desconto, relatórios diferenciais e revisão do escopo limitada à Estrutura Conceitual)? Se não concorda, explique seu raciocínio e as alternativas propostas.

Questão específica para o Comentário 5

Você concorda com os projetos que o IPSASB propõe priorizar além do Plano de Trabalho 2019-2023 sobre o Tema B: Mantendo a convergência com IFRS (IPSAS 18, Relatório de segmento)? Se não concorda, explique seu raciocínio e quaisquer alternativas propostas.

Questão específica para o Comentário 6

Existe algum projeto no Anexo A que você acredita que deveria ser adicionado ao Plano de Trabalho 2019-2023 no lugar de um projeto atualmente proposto? Se você acredita que quaisquer dos projetos do Anexo A devem ser adicionados, explique suas opiniões sobre por que o projeto deve ser incluído, qual projeto proposto não deve ser iniciado e as suas razões.

Questão específica para o Comentário 7

O IPSASB vê a construção de relacionamentos com aqueles que trabalham comPFM e o engajamento nesses trabalhos, como essencial para promover a utilização das IPSAS em projetos de reforma da PFM. Portanto, sob os Temas D e E, o IPSASB irá monitorar ativamente o trabalho de outros e buscará oportunidades apropriadas para engajar e apoiar esse trabalho.

Você concorda com a abordagem proposta pelo IPSASB sob estes Temas? Em caso afirmativo, você está ciente de quaisquer iniciativas em andamento com as quais o IPSASB deve monitorar e procurar se envolver (por favor, forneça detalhes)?

* Se você não concorda, explique suas razões juntamente com quaisquer alternativas propostas, e como elas podem ter recursos alocados.

Cronograma da Consulta da Estratégia e Plano de Trabalho

|  |  |
| --- | --- |
| Mês/Ano | Atividade |
| Janeiro de 2018 | Lançamento do Documento de Consulta |
| Fevereiro a junho de 2018 | Mesas redondas e eventos externos com membros do IPSASB |
| Setembro de 2018 | Revisão das respostas / Esboço do Desenvolvimento da Estratégia |
| Dezembro de 2018 | Aprovar a versão final da Estratégia e Plano de Trabalho 2019-2023 |
| Janeiro de 2019 | Publicar a Estratégia e Plano de Trabalho 2019-2023 |
| 2019-2023 | Implementar a Estratégia e Plano de Trabalho 2019-2023 |

Anexo A: Projetos Considerados, mas não Priorizados, para o Plano de Trabalho do IPSASB 2019-2023

Este anexo descreve projetos que foram considerados para o Plano de Trabalho 2019-2023, mas atualmente não foram priorizados para inclusão. Embora esses projetos não tenham sido incluídos no momento, eles serão considerados e avaliados quando as futuras consultas do Plano de Trabalho forem realizadas. O IPSASB pretende realizar uma consulta do Plano de Trabalho no meio do período em 2020.

Tema A: Estabelecendo normas sobre questões específicas do setor público

Ativos Intangíveis – Específicos do Setor Público

As respostas ao CP de outubro de 2012, IPSAS e *Diretrizes de* informações relativas às *Estatísticas de Finanças Públicas do Governo (GFS)* destacaram a visão de que as diferenças permanecem entre IPSAS e GFS no tratamento de custos relacionados a pesquisa e desenvolvimento (P & D). A IPSAS 31, *Ativos Intangíveis*, é baseada na IAS 38, *Ativos Intangíveis*, que possui requisitos rigorosos para o reconhecimento de intangíveis. Alguns membros questionam se a pesquisa tem objetivos diferentes no setor público que justifiquem a capitalização antes do estágio de desenvolvimento sob circunstâncias específicas. Alguns também observam que este projeto está relacionado ao projeto abaixo sobre *Poderes Soberanos e seu Impacto nas Demonstrações Contábeis*.

Poderes Soberanos e seu Impacto nas Demonstrações Contábeis

Este projeto potencial foi identificado durante o desenvolvimento da Estrutura Conceitual do Setor Público. Os governos são únicos que têm uma série de poderes soberanos, por exemplo, o poder de cobrar impostos e emitir permissões, concessões e licenças. Alguns membros questionaram se os poderes soberanos de um governo são ativos intangíveis que devem ser reconhecidos e mensurados nas demonstrações contábeis.

Ativos Militares

A IPSAS 17, *Ativo Imobilizado*, aplica-se a equipamentos militares especializados. Esses itens ou transações geralmente representam uma proporção significativa dos gastos do governo. O projeto IPSAS e as Estatísticas de Finanças Públicas do Governo (GFS) identificou que as diretrizes sobre a capitalização, classificação e mensuração de armas e plataformas seriam úteis. Isso pode levar a uma aplicação de IPSAS mais uniforme por parte dos governos e aumentar a consistência com a GFS. Um dos principais aspectos do projeto é quando aplicar o IPSAS 17 e quando aplicar o IPSAS 12, *Inventários*. Outra questão destacada pelos membros é a sensibilidade de divulgar informações sobre ativos militares.

Contabilização de Gastos Tributários

O IPSAS 23, *Receita de Operações Sem Contraprestação* (*Impostos e Transferências*) possui exigências diferentes para gastos tributários (benefícios pagos através do sistema tributário, por exemplo, contribuições de seguro saúde) e despesas tributárias (uso do sistema tributário para encorajar ou desencorajar comportamentos, por exemplo, permitindo que os proprietários deduzam os juros hipotecários da renda bruta para reduzir a renda tributável). A IPSAS 23 exige que a receita tributária seja apresentada líquida de despesas tributárias. O tratamento dos gastos e despesas tributários levanta uma preocupação de interesse público devido à potencial falta de transparência na concessão de benefícios fiscais, o que prejudica a responsabilidade dos governos.

Obrigações relativas a ativos

Este projeto consideraria a necessidade de alterações nas diretrizes relacionadas com obrigações legais e não legalmente vinculadas para o desinvestimento de ativos de capital tangíveis.

Este projeto consideraria revisões do IPSAS 17, *Imobilizado* e IPSAS 19, *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* e seriam informados pela Estrutura Conceitual.

IPSAS 22, Divulgação de Informações Contábeis sobre o Setor Governo Geral

A IPSAS 22 foi publicada em dezembro de 2006. Desde então, ocorreram desenvolvimentos significativos, incluindo revisões dos pronunciamentos relacionados à GFS referenciados na IPSAS 22. O *Documento de Consulta, as IPSASs e as Diretrizes de informações relativas às Estatística de Finanças Públicas do Governo (GFS)* esboçaram opções para o futuro do IPSAS 22, dada a sua aplicação muito limitada (apenas um país é conhecido por aplicar a IPSAS 22). As opiniões dos entrevistados sobre o futuro do IPSAS 22 foram divididas entre as três opções no Documento de Consulta - retirar, substituir e revisar. Quando a IPSAS 22 foi desenvolvida, observou-se que os benefícios da aplicação da IPSAS 22 não poderiam exceder os custos para os governos que não relatam regularmente essa informação e foi nessa base que o IPSAS 22 não se tornou obrigatória. Este projeto identificaria revisões à IPSAS 22 decorrentes de mudanças nas GFS e barreiras à implementação, e poderia basear-se em mudanças nos requisitos de relatórios de segmento decorrentes da proposta de revisão do IPSAS 18.■



Tema B: Mantendo a convergência às IFRS

IPSAS 1, Apresentação das Demonstrações contábeis

A IPSAS 1 é baseada na versão de dezembro de 2003 da IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis.

O IASB emitiu uma versão revisada da IAS 1 em setembro de 2007, que introduz outros resultados abrangentes como um componente do desempenho financeiro separado dos lucros ou prejuízos. Houve outras alterações subsequentes na IAS 1, principalmente em junho de 2011, e o IASB atualmente tem um projeto de pesquisa sobre as demonstrações contábeis primárias e um projeto ativo sobre materialidade que já resultou em uma Declaração de Prática. Mudanças recentes no IAS 1 resultaram do projeto de Iniciativa de Divulgação do IASB. O capítulo sobre Apresentação na Estrutura Conceitual do IPSASB, concluído em 2014, também influenciaria um projeto futuro de atualização do IPSAS 1.

IPSAS 20, Divulgações de Partes Relacionadas

A IPSAS 20, Divulgações de Partes Relacionadas, é baseada na versão de 1994 da IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas. Em 2009, o IASB publicou uma revisão da IAS 24 para simplificar a definição de “parte relacionada” e fornecer uma isenção parcial dos requisitos de divulgação para algumas entidades relacionadas ao governo. A estrutura e a substância do IPSAS 20 difere significativamente da IAS 24.

IFRS 5, Ativos Não-Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

O IPSASB já havia considerado que as exigências de mensuração para ativos não circulantes mantidos para venda na IFRS 5 não são apropriadas para o setor público. Entretanto, durante o projeto para desenvolver o IPSAS 40, *Combinações do Setor Público*, foi sugerido que pode haver uma necessidade de avaliar a adequação da IFRS 5 ao setor público e que o IPSASB deve empreender um projeto de convergência.

IFRS 6, Exploração e Avaliação de Recursos Minerais

O IASB emitiu o IFRS 6, *Exploração e Avaliação de Recursos Minerais*, como um padrão provisório até que ele desenvolva um padrão abrangente para a exploração e avaliação de recursos minerais. A IFRS 6 permite efetivamente que uma entidade continue a usar as políticas contábeis aplicadas imediatamente antes da adoção da IFRS. As indústrias extrativistas são a exploração e descoberta de minerais, depósitos de petróleo e gás natural e o desenvolvimento e extração desses depósitos. O IPSASB propôs que os Recursos Naturais sejam incluídos no Plano de Trabalho 2019-2023. Como resultado da natureza provisória e do foco comercial do IFRS 6, o IPSASB não convergirá com o IFRS 6. No entanto, o IFRS 6 será considerado na fase de pesquisa para informar o trabalho do IPSASB sobre este tópico desafiador.

IFRS 14, Contas de Diferimento Regulatório

A regulação de tarifas é a definição de preços de clientes para serviços ou produtos, frequentemente quando uma entidade detém um monopólio ou uma posição de mercado dominante que lhe confere poder de mercado significativo. No setor público, algumas entidades controladas estão sujeitas a regulamentação, por exemplo, entidades de telecomunicações de propriedade do governo.

A IFRS 14 é uma norma provisória, enquanto o IASB continua seu projeto de Atividades Reguladas por Taxa. É improvável que o IPSASB realize um projeto sobre as atividades reguladas por taxas até que o IASB conclua seu projeto, já que o impacto de um pronunciamento do IASB sobre os reguladores precisaria ser avaliado. Se o IPSASB iniciou um projeto nesta área, ele se concentraria em governos e órgãos reguladores que têm poder regulatório de taxa.

IFRS 17, Contratos de Seguro

A IFRS 17 fornece orientação baseada em princípios para contabilizar todos os tipos de contratos de seguro.

Este é um tópico com potencial aplicabilidade no setor público em áreas como garantias de crédito à exportação. No entanto, até o momento, o IPSASB não identificou uma demanda por um IPSAS, principalmente derivada da IFRS 17, ou uma visão de que a ausência de tal IPSAS cria um déficit de interesse público. O IPSASB incluiu uma abordagem de contabilidade de seguro opcional em seu ED 63, *Benefícios Sociais* para aqueles esquemas que são totalmente financiados e têm as características de esquemas de seguro e são gerenciados como contratos de seguro. Esta proposta opcional de benefícios sociais refere-se a

Um projeto sobre relatórios financeiros provisórios forneceria orientação sobre o que deveria ser incluído nos relatórios provisórios. Este projeto provavelmente será mais aplicável para jurisdições que já adotaram IPSASs com base em competências e, portanto, podem resultar no desenvolvimento de uma Diretriz de Prática Recomendada. O IASB fornece orientação não obrigatória sobre a IAS 34 e isso pode servir como ponto de partida. As questões que podem precisar ser consideradas incluem se a nova mensuração completa de ativos e passivos é necessária a cada data de relatório intermediário. Apenas um número limitado de jurisdições produz contas provisórias e é questionável se existe uma necessidade de interesse público relacionada a este projeto.■



Tema C: Desenvolvendo orientações para atender às necessidades mais amplas dos usuários das informações contábeis

Revisão da RPG 1, Relatórios sobre a Sustentabilidade a Longo Prazo das Finanças de uma Entidade;

Desde que a RPG 1 foi emitida, o IPSASB considerou se tal relatório deveria ser obrigatório. O projeto de Benefícios Sociais em andamento destacou a necessidade de relatórios de sustentabilidade mais amplos, para complementar as informações nas demonstrações contábeis. A deterioração das finanças públicas, o envelhecimento das populações e as baixas taxas de crescimento em muitos países significam que os benefícios de interesse público deste projeto estão se tornando mais aparentes. A ED 63, Benefícios Sociais pergunta aos membros se o IPSASB deve iniciar um projeto para tornar a RPG 1 obrigatória por causa das necessidades mais amplas de informações sobre demonstrações contábeis relacionadas aos Benefícios Sociais. Dependendo do feedback do componente ED 63 (período de comentário encerrado em 31 de março de 2018), este projeto pode ser adicionado ao Plano de Trabalho 2019-2023.

Iniciativa do IASB— Melhor Comunicação pelasInformações contábeis

Decorrente do trabalho anterior do IASB relacionado à sua iniciativa de divulgação, o trabalho nessa área baseia-se no desejo do IASB de tornar mais eficaz a comunicação de informações contábeis. O trabalho do IASB relacionado a essa iniciativa está relacionado com:

* Demonstrações contábeis Primárias;
* Princípios de Divulgação;
* Definição do Material;
* Declaração de prática de materialidade; e
* Taxonomia das IFRS.

O IPSASB publicou recentemente um documento da equipe: A Aplicação do Conceito de Materialidade na Elaboração das Demonstrações contábeis que fornece às entidades diretrizes sobre como fazer julgamentos de materialidade na preparação das demonstrações contábeis. O IPSASB monitorará os desenvolvimentos relacionados a essa iniciativa do IASB para determinar se os resultados relacionados a ele podem ser aplicáveis para melhorar a comunicação financeira no setor público.

Definindo os Principais Indicadores de Desempenho do Setor Público (Key Performance Indicators)

Os membros argumentam que os benefícios do IPSAS de competência são plenamente realizados quando as informações são usadas para informar os tomadores de decisão. A falta dos principais indicadores de desempenho definidos para entidades do setor público é uma limitação. Portanto, um projeto que procura identificar e definir esses principais indicadores de desempenho pode aumentar o poder do IPSAS de competência e levar a melhores informações comparativas.

Orientação do Setor Público para Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos pode se beneficiar de informações em base de competência de alta qualidade. A orientação sobre contabilidade de custos é importante para a PFM, porque é necessária tanto para medir o desempenho quanto para avaliar melhor se as entidades do setor público estão fornecendo serviços públicos de maneira eficiente. Alguns membros consideram que é necessário haver princípios e uma metodologia padronizada para a contabilidade de custos, a fim de promover uma melhor comparabilidade dessas informações entre entidades e jurisdições, com o objetivo de fazer um melhor uso da informação de competência para fins de gestão. ■



Monitorando iniciativas mais amplas de reporte financeiro

Relatório Integrado <IR>

Nos últimos anos, surgiram formas alternativas de demonstração financeira mais ampla. Em particular, <IR> é um processo baseado em pensamento integrado que resulta em um relatório periódico integrado por uma organização sobre a criação de valor ao longo do tempo e comunicações relacionadas com aspectos de criação de valor. Um relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazo. Demonstrações contábeis de alta qualidade são a base de um relatório <IR> e o trabalho do IPSASB pode informar e melhorar o <IR>. Portanto, é importante que o Conselho monitore o trabalho nessa área.

Diálogo de Reporte Corporativo (CRD)

O CRD (Corporate Reporting Dialog) é uma iniciativa desenvolvida para responder às demandas do mercado por maior coerência, consistência e comparabilidade entre estruturas de relatórios corporativos, padrões e requisitos relacionados. Os membros do IPSASB levantam frequentemente preocupações semelhantes, razão pela qual o IPSASB continuará a monitorar a evolução do CRD para avaliar a sua relevância para os relatórios financeiros do setor público.

Iniciativa de Reporte Global (GRI)

O GRI (Global Reporting Initiative) ajuda empresas e governos de todo o mundo a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social. Isso facilita a ação para criar benefícios sociais, ambientais e econômicos para todos. As Normas de Elaboração de Relatório de Sustentabilidade do GRI são desenvolvidas com contribuições de várias partes interessadas e baseadas no interesse público. As normas do GRI tratam de questões que são de interesse para os membros do IPSASB e, portanto, o IPSASB continuará a monitorar os desenvolvimentos para considerar sua relevância para a demonstração financeira do setor público. ■

INFORMAÇÕES DE DIREITOS AUTORAIS, MARCAS COMERCIAIS E PERMISSÕES

As Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, os Projetos de Exposição, os Documentos de Consulta, as Diretrizes para Práticas Recomendadas e outras publicações do IPSASB são publicadas e protegidas pelos direitos autorais da IFAC.

O IPSASB e o IFAC não aceitam responsabilidade por perdas causadas a qualquer pessoa que aja ou evite agir com base no material desta publicação, seja essa perda causada por negligência ou de outra forma.

O 'Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público', 'Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público', 'Diretrizes de Práticas Recomendadas', 'Federação Internacional de Contabilistas', 'IPSASB', 'IPSAS', 'RPG', 'IFAC', o logotipo IPSASB e o logotipo da IFAC são marcas comerciais da IFAC ou marcas comerciais registradas e marcas de serviço da IFAC nos EUA e em outros países.

Copyright© Janeiro de 2018 pela International Federation of Accountants® (IFAC®). Todos os direitos reservados. É concedida permissão para fazer cópias deste trabalho para obter a exposição máxima e feedback desde que cada cópia tenha a seguinte linha de crédito: "Copyright © Janeiro 2018 pela International Federation of Accountants (IFAC). Todos os direitos reservados. Usado com permissão da IFAC. É concedida permissão para fazer cópias deste trabalho para obter a exposição máxima e feedback desde que cada cópia tenha a seguinte linha de crédito:



Publicado por: International Federation of Accountants®

529 Fifth Avenue, Nova York, NY 10017

**International Public Sector Accounting Standards Board®**

T + 1 (212) 286-9344 F + 1 (212) 286 9570 [www.ipsasb.org](http://www.ipsasb.org)

1. Fonte: publicação PwC: Pesquisa Global sobre Contabilidade e Reporte Financeiro por Governos Centrais (2ª Edição) 14 de setembro de 2015. [↑](#footnote-ref-1)
2. Reporte financeiro de alta qualidade depende de normas de alta qualidade. As IPSAS são o único conjunto de normas contábeis reconhecidas internacionalmente específicas para o setor público. As IPSAS estabelecem princípios que requerem relatórios financeiros que representem fielmente os reflexos econômicos das transações. As IPSAS são normas contábeis de alta qualidade, desenvolvidas de maneira independente, através de um rigoroso processo formal que serve ao interesse público. As IPSAS podem ser aplicadas prontamente para a preparação de relatórios contábeis de alta qualidade que são úteis na tomada de decisões e que podem fornecer a transparência para permitir que os usuários responsabilizem os tomadores de decisão em sua utilização de recursos públicos. [↑](#footnote-ref-2)
3. Este plano de trabalho presume que as CPs e EDs tenham períodos de consulta padrão de 4 meses e presume que não haverá projetos que requeiram que as EDs sejam submetidas novamente à consulta pública. [↑](#footnote-ref-3)
4. O IPSASB considera oportunidades para a redução de diferenças desnecessárias com GFS em todos os projetos para o desenvolvimento de normas e práticas. Para mais detalhes, veja [Processo para Considerar as Orientações de Reporte GFS durante o Desenvolvimento das IPSASs\_](http://www.ifac.org/publications-resources/process-considering-gfs-reporting-guidelines-during-development-ipsass) [↑](#footnote-ref-4)
5. O IPSASB também considera a literatura relevante do IASB como parte de seus projetos. Para mais detalhes, acesse [Processo para Revisão e Alteração de Documentos do IASB \_](http://www.ifac.org/publications-resources/process-reviewing-and-modifying-iasb-documents). [↑](#footnote-ref-5)
6. O IPSASB desenvolveu três Orientações de Práticas Recomendadas (RPGs), as quais são pronunciamentos que fornecem orientação sobre as boas práticas na preparação de relatórios financeiros de propósito geral (reporte financeiro mais amplo), que não são demonstrações contábeis. As seguintes RPGs foram desenvolvidas: RPG 1, Relatório sobre a Sustentabilidade a Longo Prazo das Finanças de uma Entidade, RPG 2, Discussão e Análise das Demonstrações contábeis e RPG 3, Informação de Desempenho do Serviço de Relatório. [↑](#footnote-ref-6)
7. Os membros e pessoal do IPSASB realizam uma estratégia de engajamento de membros ativa e considerada, incluindo aparições pessoais, participação em grupos de discussão e fóruns, como também a utilização de webinars e outros métodos de comunicação eletrônica para informar e trabalhar em vários tópicos técnicos. [↑](#footnote-ref-7)
8. Consolidações de grupos mistos são quando o setor público consolida entidades que controla, que aplicam normas contábeis do setor privado, como o IFRS. [↑](#footnote-ref-8)
9. A IPSASB pode angariar recursos humanos dos normatizadores em âmbito nacional quando disponíveis para trabalhar nesses projetos de convergência de escopo reduzido. [↑](#footnote-ref-9)
10. Além disso, a maioria dos membros do IPSASB é auxiliada por consultores técnicos. [↑](#footnote-ref-10)
11. O IPSASB recebe apoio do Asian Development Bank, Chartered Professional Accountants do Canadá, New Zealand External Reporting Board e dos governos do Canadá e da Nova Zelândia. As estruturas e processos que suportam as operações do IPSASB são facilitados pela International Federation of Accountants (IFAC). [↑](#footnote-ref-11)